

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT¹

Aline Rejane Caxito Braga²

O presente artigo é a primeira parte do Projeto de Iniciação Científica da Faculdade Estácio do Pantanal e tem como objetivo refletir sobre as contribuições da avaliação psicológica no contexto educacional. Parte-se do pressuposto que o homem se constitui na relação com o outro, assim constitui e é constituído pelo outro. Desse modo, no processo educacional vários fatores sociais, históricos e econômicos que afetam a vida e a aprendizagem das pessoas devem ser considerados nessa avaliação. O público analisado para ser avaliado futuramente são os alunos cadastrados no Sistema Escola Server com o diagnóstico de Deficiência Intelectual visto que muitos apresentam dificuldades somente no processo de aprendizagem. Assim, acredita-se que a avaliação psicológica é um importante recurso para a avaliação e intervenção nas instituições de ensino da rede municipal de Cáceres.

Palavras –chave: Avaliação Psicológica; Psicólogo Escolar e Educacional; Aprendizagem.

PSYCHOLOGICAL EVALUATION IN THE TEACHING INSTITUTIONS OF THE CITY OF CÁCERES-MT

This article is the first part of the Scientific Initiation Project of Faculdade Estácio do Pantanal and aims to reflect on the contributions of psychological assessment in the educational context. It is assumed that man is constituted in the relationship with the other, thus constitutes and is constituted by the other. Thus, in the educational process, several social, historical and economic factors that affect people's lives and learning must be considered in this assessment. The audiences analyzed to be evaluated in the future are students registered in the Escola Server System with the diagnosis of Intellectual Disability, since many present difficulties only in the learning process. Thus, it is believed that psychological assessment is an important resource for assessment and intervention in educational institutions in the municipal network of Cáceres.

Keywords: Psychological Assessment; School and Educational Psychologist; Learning.

INTRODUÇÃO

O encontro entre o sujeito e a Educação e as multideterminações presentes nele é o foco do trabalho da Psicologia Escolar e Educacional. Esta que visa contribuir, a partir dos conhecimentos teóricos e metodológicos da ciência psicológica, para que a escola cumpra a sua

¹ Artigo desenvolvido a partir do Projeto de Iniciação Científica, do curso de Psicologia da Faculdade Estácio do Pantanal intitulado “Psicologia Escolar e os direitos de aprender: um compromisso social com a comunidade escolar”.

² Psicóloga. Doutora. Professora da Estácio Fapan.

função social (MEIRA, 2000)

Nesse sentido, o presente artigo que apresenta os dados iniciais da Pesquisa de Iniciação Científica do PROIC da Estácio Fapan, tem como objetivo refletir sobre a avaliação psicológica no contexto escolar, como um processo técnico e científico que pode ser tornar um mediador pois possibilita ao psicólogo compreender os fenômenos psicológicos para assim, auxiliar aos professores e alunos na elaboração e realização de propostas mais consistentes que resultem em melhorias do processo ensino aprendizagem.

No termo aprendizagem está implícita um relação bilateral tanto do que ensina como de quem aprende. Segundo Ciasca (2003, p.23) “[...] pode-se definir aprendizagem como um processo evolutivo e constante, que implica uma sequência de modificações observáveis e reais no comportamento do indivíduo [...]”.

Aprender, especialmente a ler e a escrever são direitos básicos de todos os alunos mas alguns não conseguem aprender no tempo e espaço esperado sendo então, identificados como alunos com dificuldades de aprendizagem. Atualmente compreende-se que essas dificuldades abarcam várias dimensões como as individuais, pedagógicas, relacionais, institucionais, sociais entre outras. Desse modo, supera as visões individualizantes, patologizantes e medicalizantes que localizaram, e de certa forma ainda localizam, no aluno a causa do não aprender.

Diante desse fenômeno, da complexidade de fatores envolvidas e na contramão do discurso neoliberal, defende-se que deve ocorrer o processo investigativo envolvendo pais/responsáveis, professores e alunos para compreender toda a historicidade do aluno. Nesse contexto, o psicólogo pode contribuir através dos conhecimentos científicos e da utilização de recursos específicos como os testes psicológicos.

É válido ressaltar que o psicólogo escolar educacional tem como público das ações toda a comunidade escolar, e os trabalhos são projetados conforme a realidade das escolas. Assim, a partir das suas demandas são realizadas as intervenções de cunho preventivo, relacional e institucional.

Nessa direção, esse trabalho de avaliação psicológica surgiu como uma demanda da Secretaria Municipal de Educação, diante dos dados que apontam a quantidade de alunos que não conseguiram aprender e foram cadastrados no sistema educacional, Sistema Escola Server, como alunos com Deficiência Intelectual.

O presente trabalho apresentará os dados desde 2013 à 2020 com o número de alunos diagnosticados com a Deficiência Intelectual que estão matriculados nas instituições de ensino da rede municipal de Cáceres. Ainda, faz uma reflexão sobre as diferentes formas de definir as

dificuldades de aprendizagem, a avaliação psicológica e o papel do psicólogo escolar educacional.

Desse modo, buscando analisar os dados para realizar intervenções coerentes com a comunidade escolar, reafirma-se o compromisso social da psicologia enquanto ciência e profissão na promoção de saúde mental e na defesa dos direitos básicos dos sujeitos, em especial no direito de aprender (CFP, 2019).

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM OU TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM OU DEFICIÊNCIA INTELECTUAL?

No contexto escolar faz-se necessária a diferenciação entre Dificuldades de Aprendizagem, Transtornos Específicos de Aprendizagem e Deficiência Intelectual.

As Dificuldades de Aprendizagem compõem uma gama de variáveis inter-relacionadas que interferem no processo de aprender e perpassam o nível econômico, educacional, familiar e social, além de englobar, aspectos físicos, cognitivos e psicológicos. Sendo assim, as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas com os fatores reversíveis e que comumente não possuem bases orgânicas (STAFANINI; CRUZ, 2006). Contudo, Seabra, et. al. (2014) apontam para possibilidade de que outras patologias como a depressão e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) estejam associadas a essas dificuldades.

Diferente das dificuldades, os Transtornos Específicos de Aprendizagem surgem a partir de falhas no Sistema Nervoso Central (SNC) que interferem no desenvolvimento cognitivo do indivíduo. As principais características são prejuízo persistentes no desempenho escolar, a irreversibilidade dos sintomas e o comprometimento das habilidades de leitura (anteriormente denominada dislexia), habilidades de escrita (anteriormente denominada disgrafia) e/ou habilidades de matemática (anteriormente denominada discalculia) apesar de apresentarem geralmente, inteligência preservada (SEABRA, ESTANISLAI; TREVISAN, 2014)

A Deficiência intelectual (DI) engloba dois componentes principais: a inteligência e o comportamento adaptativo expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade. Em relação ao sistema de classificação no Brasil, segue o modelo proposto pela Classificação Internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID), elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que teve sua 10ª edição revisada e aprovada pela OMS, em 1990.

No CID 10 encontra-se o termo retardo mental que está dentro da seção de Transtornos Mentais e Comportamentais, e tem como principal característica diagnóstica a parada do

desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual. Sua classificação abarca as categorias F70-F79, sendo F70 –Retardo mental leve; F71 – Retardo mental moderado, F72 Retardo mental grave, F73 –retardo mental profundo; F78 Outro retardo mental; e F79 – Retardo mental não especificado.

A terminologia Deficiência Intelectual, a definição e as recomendações para a identificação de pessoas com essa deficiência nos documentos oficiais brasileiros têm sido influenciadas pelos estudos da *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD). Esta defende que o termo deficiência intelectual deve ser considerado como sinônimo do retardo mental no tocante ao sistema de classificação, e propõe que o objetivo do diagnóstico e da classificação deve ser para definição dos apoios, para que a pessoa tenha uma inserção social satisfatória.

Veltrone e Mendes (2012), ao analisar os impactos da mudança da terminologia, apontam que ela pode ser considerada mais adequada na medida em que reflete as mudanças de concepções descritas pela AAIDD; é menos pejorativo, demonstrando mais respeito e dignidade, além de considerar a influência do contexto social e cultural imediato, na definição da condição da deficiência intelectual.

Quando um aluno ou aluna não aprende ou não desenvolve as habilidades esperadas para sua idade e ano, surge o questionamento do que pode estar acontecendo. Com a manutenção dessa situação, emerge a demanda por um diagnóstico.

Conforme Ciasca (2003) o diagnóstico deve ser um processo participativo de colaboração dentro do Sistema Educacional. Guimaraes; Rodrigues e Ciasca (2003) complementam que as dificuldades podem ser decorrentes de inúmeros fatores inerentes ou não à criança, tais como as influências socioeconômicas e culturais, a inadequação do método pedagógico por isso todos esses fatores devem ser investigados.

Assim, as características da própria criança e do sistema de ensino no qual está inserida são fatores que contribuem para o diagnóstico. Desse modo, pode-se verificar que muitos alunos classificados como Deficientes Intelectuais, por não aprender, são alunos considerados pobres e matriculados em uma instituição de ensino pública. Outro aluno em outro sistema de ensino, com o mesmo sintoma pode ter outro diagnóstico.

Nessa direção, Ciasca (2003) ressalta que o número de crianças identificadas com transtorno ou dificuldades para aprender é extremamente variável e depende, além do sistema de ensino, do conceito utilizado, da classificação adotada e do critério avaliativo.

Ainda, com a ausência de uma equipe multiprofissional no contexto educacional

demandando das famílias o atendimento de profissionais em outros espaços, não deve-se negar que há as famílias mais desfavorecidas no âmbito financeiro que acabam tendo mais dificuldades de ter acesso aos profissionais especializados e a um diagnóstico confiável.

Diante disso, verifica-se a complexidade desse processo e ressalta-se que o diagnóstico tem dimensões de saúde mas também tem aspectos sociais, culturais, políticos e econômico. O processo de patologização e medicalização das crianças tem fomentado um mercado de fármacos e atendimentos com multiprofissionais. Não é contra essas atividades para aqueles que realmente precisam, mas sim com a comercialização e banalização dos diagnósticos e intervenções.

Guimaraes; Rodrigues e Ciasca (2003) aborda que o diagnóstico de transtorno de aprendizagem é atribuído à criança de maneira arbitrária, sem considerar condições essenciais para o aprendizado como o meio sociocultural que age e interfere diretamente na estrutura cerebral que vai modificando aos poucos no decorrer do desenvolvimento.

Os autores ainda apontam outros pontos importantes como o diagnóstico tora-se o principal causador de rótulos quando a criança não aprende, e é ele que, de certa forma, sustenta esse rótulo. No Brasil, inicialmente o professor realiza esse primeiro diagnóstico, depois são os profissionais de diversas especialidades de forma estanques, e ainda não existem normas, procedimentos e instrumentos padronizados para criar um protocolo de investigação. Conseqüentemente verifica-se diferentes condutas diagnósticas realizadas por diferentes profissionais, que pouco auxiliam no diagnóstico, no tratamento e nas intervenções que auxiliam o processo de aprendizagem.

Nessa direção, destaca-se que a avaliação psicológica no contexto escolar busca garantir que os conhecimentos teórico-crítico da ciência psicológica possam se constituírem como avaliadores e mediadores e contribuírem com a elaboração de propostas mais consistentes que resultem em melhorias do processo ensino aprendizagem.

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR

A avaliação psicológica trata-se de um processo estruturado de investigação dos fenômenos psicológicos que visa prover informações à tomada de decisão com base em demandas e finalidades específicas (Resolução nº 09/2018).

No contexto escolar as avaliações auxiliam na compreensão dos fenômenos psicológicos e não se restringem na aplicação de testes psicológicos mas caracteriza-se como um processo de investigação que envolve vários instrumentos e toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, Machado (1994) ressalta que a avaliação psicológica na educação torna-se mais complexo pois deve contemplar o funcionamento das relações e o contexto no qual ocorre a produção de um motivo para encaminhamento dos alunos para atendimento.

Lessa e Souza (2018) complementam que deve-se verificar os elementos que compõem o processo de escolarização e a queixa escolar, em especial a historicidade dos alunos. Nesse processo, alguns elementos estão intrínsecos a ela, como o levantamento das características físicas, locais, dimensões históricas e pedagógicas da escola; características das crianças na visão da família e da escola, nos mais diversos aspectos, tais como sua história de vida, seus afetos, o histórico escolar, sua rotina diária, suas preferências no cotidiano da vida e na escola, aspectos da sua saúde, dificuldades pedagógicas. Assim, expande-se a investigação para os diversos aspectos da vida do aluno, não dando enfoque apenas para características individuais.

As avaliações psicológicas dos alunos das instituições de ensino da rede municipal de Cáceres ocorrem após solicitação dos gestores por Memorando, via 1 doc. É solicitado que nesse documento encaminhem os relatórios pedagógicos dos alunos descrevendo os comportamentos e as dificuldades apresentadas pelos alunos, especialmente no processo de aprendizagem.

Os encaminhamentos dos alunos para os serviços de Psicologia devem ser compreendidos enquanto 'queixa escolar' visto que expressam as dificuldades vividas no processo de escolarização. Contudo, essas dificuldades não se restringem ao aspecto pedagógico mas abarcam várias dimensões que estão intimamente imbricadas como as relacionais, institucionais, culturais e políticas do processo educacional. Todas essas dimensões precisam ser consideradas no decorrer do processo de avaliação.

Nessa direção, o serviço de Psicologia inicialmente visita a instituição de ensino, faz observações de vários aspectos do ambiente escolar, leituras de vários documentos da instituição como Projeto Político Pedagógico, realiza entrevistas e questionários semiestruturados com os gestores, professores, pais e alunos. Ainda, se for verificada a necessidade aplica testes psicológicos, em alguns alunos.

É válido destacar que para a utilização dos testes padronizados verifica-se se os mesmos estão considerados favoráveis pelo Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (CFP,2019) e a possibilidade de compra dos mesmos.

Além disso, faz-se importante o trabalho com os pais e profissionais da escola não apenas para discutir e pensar sobre as dificuldades apresentados mas visando, entre outros objetivos, o resgate do papel ativo e dirigente dos pais e professores na reflexão, estudo e

posterior definição de caminhos e recursos necessários à resolução das dificuldades apontadas no aluno.

Nesse contexto, é válido ressaltar o papel do psicólogo escolar educacional como um agente de transformação que deve atuar junto com a comunidade escolar na compreensão dos processos de ensino aprendizagem, das relações interpessoais e intrapessoais; considerar as várias dimensões na sua intervenção e participar de planos e políticas referentes ao sistema educacional.

Outro ponto fundamental no trabalho da psicologia escolar educacional é o processo da inclusão. Para tanto, deve-se compreender os fatores históricos e sociais que levaram e levam à exclusão e marginalização de grupos sociais, tais como a população negra, a comunidade LGBTQI+¹, pessoas com deficiência, as mulheres, indígenas, entre outros. Diante disso, a profissional deve construir estratégias em conjunto com a comunidade escolar visando a conscientização dos processos históricos envolvidos na legitimação da exclusão, violências e preconceitos que afetam diretamente o desenvolvimento dos alunos e a socialização de conhecimentos. Nessa conjuntura, questionar sobre os diagnósticos, as classificações arbitrárias e a patologização dos comportamentos e do não aprender.

Defende-se que todos são corresponsáveis pelo processo de aprendizagem dos alunos. Desse modo, para uma intervenção eficaz com os alunos que não aprendem é preciso inicialmente realizar uma avaliação para um posterior diagnóstico, que é realizado por médicos, coerente dos alunos. Na perspectiva de Vygotsky, a avaliação deve determinar o nível de desenvolvimento real e de desenvolvimento próximo dos indivíduos, para assim, possibilitar o planejamento de intervenções psicoeducacionais para sua transformação.

Nesse sentido, a avaliação psicológica deve ser ponto de partida para a intervenção e não para justificar as dificuldades e favorecer a sua medicação visto que o processo educacional deve ser compreendido enquanto fenômeno complexo determinados por uma heterogeneidade de fatores. Assim, faz-se necessário contextualizar o desempenho escolar no âmbito de um processo maior, a fim de enfrentar a visão de homem do pensamento liberal na qual a concepção naturalizada que sucesso ou fracasso do processo de aprendizagem está no esforço das crianças para aprender (BOCK, 2000).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar, que se parte do pressuposto da psicologia histórico-cultural no qual o homem é compreendido como um ser que é constituído ao longo

¹ Sigla utilizada para nomear indivíduos que se identificam com orientações sexuais e gêneros que fogem dos padrões heteronormativos e binários. A denominação LGTQI+ diz respeito as lésbicas, gays, bissexuais, queer, intersexuais, entre outros.

do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade (BOCK, 2000). A relação indivíduo e sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro e o psiquismo humano, também se constitui a partir dessas relações. Nesse processo, a educação exerce função preponderante para que homem se desenvolva como sujeito capaz de refletir e transformar a sua realidade (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2018).

Assim, a prática psicológica, independente do contexto, é vista da perspectiva da saúde. Reflexões sobre a realidade e ações e projetos coletivos são condições básicas para a saúde do indivíduo. Saúde psicológica pode ser compreendida como a capacidade de enfrentamento da realidade e, suas possibilidades estão diretamente relacionadas ao meio social, às condições oferecidas pelo meio social.

Portanto, ressalta-se a importância da atuação do psicólogo no contexto escolar, que tem como entre os princípios fundamentais, trabalhar visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas (CFP, 2005), realizar avaliações psicológicas quando for necessário e principalmente possibilitar reflexões, formações e intervenções com toda a comunidade sobre a complexidade do processo de ensino aprendizagem, nesse trabalho em especial para aqueles registrados com Deficiência Intelectual.

ALUNOS REGISTRADOS COM DEFICIENCIA INTELECTUAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE CACERES

Atualmente, a rede municipal de ensino de Cáceres é composta por trinta e oito instituições de ensino, sendo vinte e quatro na área urbana e quatorze no campo. As instituições juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Cáceres constituem o Sistema de Municipal de Ensino.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) visando informatizar seus dados, aderiu em 2013 ao Sistema Escola Server, da empresa Ômega Sistemas que registra e mantém os dados de gestão, acadêmicos, administrativos e estatísticos atualizados de todas as instituições de ensino. Desse modo, possibilita que os profissionais da SME e gestores das instituições acompanhem, monitorem os lançamentos de todos os dados dos alunos, itens do diário de classe, e muitas outras informações relevantes.

Assim, desde 2013 é possível verificar com maior rapidez e de forma sistematizada os dados de todos os alunos da rede municipal. No entanto, devido ao objetivo do presente artigo limita-se a tabular e analisar o quantitativo dos alunos que foram cadastrados no sistema como

Deficiência Intelectuais.

Os alunos com deficiência, juntamente com os alunos com Transtorno do Espectro Autista, também denominado nos documentos oficiais no campo educacional de Transtorno Globais do Desenvolvimento e os alunos com Altas Habilidades e Superdotação são considerados público alvo da Educação Especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) parte do pressuposto que não se deve compreender a deficiência apenas como uma questão médico-biológica, mas como um fenômeno sócio-histórico-cultural. Desse modo, os diagnósticos não são decorrentes especificamente dos laudos médicos, mas também dos relatórios psicológicos, pedagógicos, de profissionais externos e internos da unidade escolar.

Ainda, é válido ressaltar que para o campo educacional esse diagnóstico vai estabelecer recursos e equipamentos para seu processo de aprendizagem e os registros no sistema, assim como todas as outras informações consideradas relevantes são alimentadas anualmente no sistema Ômega, pelos secretários e/ou gestores das unidades escolares.

A partir do Quadro 1, abaixo, pode-se verificar o número de alunos com o Diagnóstico de Deficiência Intelectual na rede de ensino municipal, dos anos de 2013 a 2020.

Quadro 1. Alunos com diagnósticos de Deficiência Intelectual na rede de ensino municipal

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de alunos cadastrados com Deficiência Intelectual	128	140	157	173	154	143	154	154

Fonte: Escola Server - v.11.7.90937 v (dos anos de 2013 a 2020).

Ao observar os dados verifica-se que no desde 2013 até 2016 houve um aumento no número de alunos registrados como tal. Em 2017, 2019 e 2020 praticamente mantem a quantidade de alunos.

Ainda, é importante destacar que o número de alunos com Deficiência Intelectual é o mais expressivo dentre os outros diagnósticos por isso foi realizado o Quadro 2, para verificar o número total de alunos da Educação Especial e os com esse diagnóstico e a porcentagem.

Quadro 2. Total de alunos da Educação Especial e com Deficiência Intelectual.

ANOS	TOTAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL DE ALUNOS COM DEFICIENCIA INTELECTUAL	%
2013	155	128	82.6
2014	170	140	82.4
2015	193	157	81.3
2016	213	173	81.2
2017	197	154	78.2
2018	192	143	74.5
2019	198	154	77.8
2020	204	154	75.5

Fonte: Escola Server - v.11.7.90937 v

Ao observar o Quadro 2 verifica-se que o percentual de alunos com Deficiência Intelectual vai de 74.5% à 82,6%, ou seja, é o grupo mais expressivo.

No ano de 2020 dos 154 alunos registrados no sistema com Deficiência Intelectual, apenas 37 tem esse diagnóstico médico. Este fato é preocupante visto o estigma que ainda existe em relação ao aluno com deficiência, crenças e mitos sobre o seu não aprender e não desenvolver. Esse equívoco na concepção do diagnóstico do aluno pode muitas vezes dificultar no processo de aprendizagem, nas relações interpessoais, provocar a frustração de professores, coordenadores e pais, até a exclusão do aluno dentro da sala de aula.

Verifica-se que as pessoas com deficiência não têm igualdades de oportunidades, comparadas com as demais pessoas. Há ainda muitas barreiras atitudinais e arquitetônicas que impedem a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Ainda, muitos consideram que a palavra ‘deficiente’ tem um significado muito forte, carregado de valores morais, contrapondo-se a ‘eficiente’, o que levaria a supor que a pessoa deficiente não é capaz. Nesse contexto, a ênfase recai no que falta, na limitação, no ‘defeito’, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, chacota, piedade ou pena. Esses sentimentos, por sua vez, provocam atitudes carregadas de paternalismo e de assistencialismo, voltadas para uma pessoa considerada incapaz de estudar, de se relacionar com os demais, de trabalhar e de constituir família.

Ao atender os alunos nas unidades escolares e orientar professores e coordenadores percebe-se que alguns alunos que foram registrados no Ômega como deficientes intelectuais podem ter dificuldades ou transtorno de Aprendizagem, pois a principal queixa é a dificuldade para desenvolver as habilidades de leitura, escrita e/ou matemática.

Nessa direção, verifica-se a importância da avaliação psicológica com esse público e o trabalho com os alunos, família e comunidade, na mudança de concepção e atitudes, enfrentamento das barreiras, em defesa de uma educação de qualidade, inclusiva e que garante aos alunos o direito de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem é um processo evolutivo e constante no qual diversos fatores estão envolvidos. Compreender essa complexidade e intervir para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma efetiva é um dos objetivos da atuação do psicólogo escolar.

Ainda, atuar contra a patologização e a medicalização também são perspectivas cada vez mais proponentes no contexto educacional. Desse modo, o presente trabalho apresenta as complexidades do diagnóstico e do registro em sistemas oficiais de deficiência dos alunos e aponta a avaliação psicológica como um importante recurso para investigação e intervenção em prol da aprendizagem e da saúde de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. As influencias do Barão de Münchhausen na psicologia da educação. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (Org.). **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

CIASCA, S. M. Distúrbios e dificuldades de Aprendizagem: questão de nomenclatura. In: _____ (Org.). **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. 2 ed. Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos. Disponível em <<http://satepsi.cfp.org.br/>> Acesso em: 29 abr. 2019.

FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; SOUZA, M. P. R. **Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural**, Teresina, PI: Edufpi, 2018.

GUIMARÃES, I. E.; RODRIGUES, S. D.; CIASCA, S. M. Diagnóstico do distúrbio de aprendizagem. In: CIASCA, S. M. (Org.). **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LESSA, P. V.; SOUZA, M. P. R. Avaliação psicológica na perspectiva histórico-cultural: o que o psicólogo escolar pode fazer? In: FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; SOUZA, M. P. R. **Avaliação psicológica e escolarização**: contribuições da psicologia histórico-cultural, Teresina, PI: Edufpi, 2018, p. 248

MACHADO, A. M. A queixa escolar e seus encaminhamentos. **Jornal do CRP** – 6ª região, ano 14, nº 87, P. 16, 1994.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (Org.). **Psicologia e educação**: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 58.

Resolução Nº 009, de 25 de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

SEABRA, A. G.; DIAS, N. M.; ESTANISLAU, G. M.; TREVISAN, B. T. Transtornos de aprendizagem. In: ESTANISLAU, G. M., BRESSAN, Rodrigo Affonseca (Org.). **Saúde mental na escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

STEFANINI, M. C. B.; CRUZ, S. A. B. Dificuldades de aprendizagem e suas causas: o olhar do professor de 1º a 4º séries do Ensino Fundamental. **Ver Educação**, v. 1, n. 58, p. 85-105, 2006

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012